

Brasil

Economia brasileira de 64/86

Mário Henrique Simonsen

Em fevereiro deste ano, o presidente Sarney anunciou uma grande reforma monetária, o Plano Cruzado. Vinte e dois anos após o programa de estabilização Bulhões — Campos, de 1964/67, o Brasil uma vez mais se viu diante de dificuldades políticas e econômicas, com a inflação caminhando a passos largos para sair do controle. Altamente intervencionista e tecnicamente sofisticado, o programa de estabilização é usado novamente para estancar a inflação sem lágrimas.

Em fins dos anos cinquenta e inicio dos sessenta, a inflação anual saltou de 17% em 1958, para 92% em 1964; primeiro, como consequência da política expansionista de Kubitschek, e, posteriormente, como resultado do engajamento populista à administração João Goulart. Entre 1964 e 1967, as reformas de Bulhões-Campos, apoiadas ao governo militar do presidente Castelo Branco, com sucesso baixou a inflação para 25% ao ano, estabeleceu o equilíbrio da conta-corrente externa e o Brasil teve acesso a créditos no mercado internacional. Os efeitos paralelos foram não apenas toleráveis, mas de curto prazo, desde a recessão industrial de 4.7% em 1965, até a recuperação industrial de 9.8%, já em 1966.

Assim, o caminho estava pavimentado para sete anos de um crescimento econômico acelerado, com a inflação em declínio.

As reformas eram arquitetadas com um mixto de corte do déficit público, controle da renda, desvalorização cambial e indexação do mercado de capitais. Através do corte do custeio governamental, subsídios e elevação das taxas de juros, o déficit do setor público foi reduzido de quatro para um por cento do PNB. A desvalorização cambial recolocou a dívida comercial, no inicio de 1964, em uma confortável posição de reservas, em 1965 e 1966. A indexação do mercado de capitais encorajou a poupança privada e estabeleceu o mercado hipotecário, virtualmente morto no inicio dos anos 60, diante de taxas máximas de juros à época de 12% anuais. A indexação dos tributos, além de estimular a poupança privada, também teve efeito positivo na redução da evasão de tributos (em 1963, enquanto a taxa de inflação era em torno de 80% ao ano, a multa para as dívidas tributárias não passavam de 32% ao ano).

O controle de renda, parte do plano, que foi um instrumento fundamental para combater a inflação, e acabou por provocar uma inspiração ao Plano Cruzado, que foi a desindexação do salário. A ideia central, descrita na figura 1, mostra que salários vascilantes foram colocados em dois conceitos que precisam ser especificados: o pico do salário real e a média do salário real. O pico corresponde ao poder aquisitivo do trabalhador imediatamente após o reajuste nominal do salário, mas poderia não servir como um valor de referência, desde que ele fosse rapidamente corroído pela inflação. A média real do salário é, atualmente, o que a economia permite pagar à força de trabalho, e poderia ser mantida através do controle de renda, exceto por ajustes de produtividade. Isto significa que com o decréscimo das taxas de inflação, o salário nominal poderia ser ajustado menos



Fotos: Arquivo

O ex-ministro acha que nenhuma mágica pode apagar a inflação da memória do brasileiro

do que proporcionalmente o custo de vida subiu no passado.

Em síntese, observando-se a indexação do salário, introduzida de forma altamente adversa a uma pequena escalada inflacionária, desencorajou rapidamente o controle antiinflacionário e favoreceu a acomodação monetária. Este problema não foi percebido até 1973, quando nos anos de ouro do "milagre brasileiro" o salário real estava preparado para expandir muito mais rápido do que oficialmente se determinou a expansão da produtividade, com as taxas de inflação caindo de 24.7% em 1967, para 15.5% em 1973. Nesta fase, o controle da expansão monetária, em 1972 e 1973, combinado com o primeiro choque do petróleo, elevou a inflação anual para 35% em 1974. Uma apertada política monetária foi imposta, mas cedo se pôde perceber que a indexação havia criado uma espiral salário-preço. Eventualmente, a acomodação monetária foi aceita, com as taxas de inflação permanecendo entre 35 a 40% ao ano, até 1978.

Duas imprudentes medidas, em fins de 1979, provocaram uma rápida escalada da inflação. Primeiro, o governo decidiu controlar as taxas de juros, aceitando imenso crescimento do suprimento de dinheiro. Em seguida, a nova lei salarial, enquanto introduziu várias complicações, reduziu o intervalo do reajuste salarial nominal de doze para seis meses. Como a teoria poderia prever, o que era previamente a taxa de inflação anual passou a ser de seis meses. O país experimentou sua maior recessão industrial desde 1965, mas a inflação somente declinou de 110% em 1980, para 95% em 1981, e 100% em 1982.

Em março de 1985, a subida ao poder de um presidente civil serviu para abrir o caminho às demandas salariais por parte dos sindicatos

trabalhistas. Em uma primeira fase o Governo tentou conciliar um substancial incremento em salário real com uma taxa de inflação em queda, através de aperto no controle de preços e aumento dos juros das letras do Tesouro acima de 21% ao ano. Em agosto, Dilson Funaro substituiu Francisco Dornelles no Ministério da Fazenda. Alguns controles de preços foram incrementados, as taxas de juros ficaram substancialmente baixas e os salários continuaram a crescer em termos reais, sem precedentes. Como resultado em fins de 85 e janeiro e fevereiro de 86, a inflação saltou para aproximadamente 15% ao mês. O presidente Sarney, diante do risco de perder o suporte político, decidiu reagir com o corajoso anúncio do choque "heterodoxo".

O imediato sucesso do programa estava acima do esperado. Consumidores sentiram que suas vozes poderiam ser ouvidas, fiscalizando os preços dos supermercados com a lista oficial e denunciando os violadores à política. Na verdade o salário nominal foi cortado em alguns casos, mas nada influenciou para um esfriamento do suporte popular ao programa. A manifestação preparada por grupos esquerdistas contra a nova política salarial não conseguiu reunir mais do que 200 pessoas.

Ate fins de maio, o Plano Cruzado era uma "lua de mel" incrivelmente feliz. A inflação não apenas estancou, sem recessão, como as vendas no atacado tiveram uma expansão de 25% em termos reais; os preços dos imóveis dobraram e a procura experimentou uma fase sem precedentes. Na onda de otimismo, o Brasil foi descrito pelo ministro da Fazenda como um país com inflação suíça e duas vezes mais o crescimento econômico do Japão. O presidente Sarney decidiu que o congelamento

de preços, que lhe deu tanta popularidade, poderia permanecer até que a memória inflacionária estivesse definitivamente apagada. Também para a comunidade produtiva, pequenas preocupações com baixa margem de lucro e com a fiscalização policial sobre os preços foi largamente compensada pela euforia de vendas.

Por tudo isto, a inflação da demanda ganhou terreno enquanto os responsáveis pela economia ignoraram a lição do passado e não reagiram a sinais inquietantes, como a escalada de preços no mercado futuro e o rápido encarecimento do mercado negro do dólar. Simplesmente, a demanda estava superaquecida, devido ao aumento real dos preços, e porque o déficit público se situava atualmente em 4.7% do PNB.

Escassez, mercado negro e degradação da qualidade de produtos eram visíveis no inicio de junho. No fim de julho e inicio de agosto, o Governo anunciou um pequeno "pacote" fiscal e decidiu por liberalizar um pouco as importações e aumentar as taxas de juros. O problema mais complicado é este: para sustentar a tendência histórica de crescimento, o Brasil precisaria elevar o percentual de poupança doméstica para 15 a 20% do PNB.

Entretanto, o Plano Cruzado poderá ser uma história de sucesso ou mais uma tentativa frustrada de combater a inflação, e estes sintomas ainda estão em questão aberta. A resposta está nas mãos dos que elaboraram a política econômica.

O sucesso final está na dependência de três principais medidas: primeiro uma reforma fiscal verdadeira é necessária atualmente. O presente orçamento com um déficit de 4.7% do PNB é obviamente muito elevado se comparado com a poupança privada e a capacidade do país de atrair capital externo. Além disto, do lado das despesas contém muito consumo, subsídios, transferências e muito pouco investimento. A poupança governamental, para investimentos em infra-estrutura, variava entre 2 a 4% nos anos 70. Recentemente, as estimativas indicam que o Governo agora está poupançando cerca de 0.6% do PNB.

Em segundo lugar, a administração de preços poderia rapidamente substituir o congelamento e decretado em 28 de fevereiro. A ideia oficial, de que pode manter o congelamento até que as expectativas inflacionárias desapareçam, simplesmente se mantém em um mercado com escassez, o que gera mais expectativa inflacionária.

Por último, a aceitação de uma inflação baixa poderia substituir a promessa de inflação zero, se o Programa desejar manter alguma credibilidade. Acreditamos, ainda, que algum mecanismo de indexação poderia ser reintroduzido para incentivar a poupança e o crescimento do crédito de longo prazo. Os intervalos da correção poderiam ser longos, o bastante (vamos dizer, um ano) para prevenir a emergência da indexação "quasi-money", como ocorreu no inicio dos anos 80. Assim, eles deveriam realisticamente reconhecer que nenhuma mágica pode apagar a inflação da memória de um país que desde os anos 30 nunca experimentou um período prolongado de preços estáveis.